



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A INCLUSÃO DIGITAL COMO FORMA ALTERNATIVA DE ENSINO APRENDIZAGEM MAIS EFETIVAS PARA TODOS

Elda Cristiane de Souza Lima(1); Vera Lúcia Conrado de Oliveira(2); Maria Zildaneide Gonzaga(3).

Secretaria municipal de Belém do São Francisco PE, eldaclima@hotmail.com;

(Esc. Estadual senador Paulo Freire, 77@gmail.com; Esc. Estadual senador Paulo Freire,

Zilda.neide@hotmail.com)

Resumo

O presente trabalho de cunho bibliográfico visa analisar dados (Informações / artigos) referentes à questão da inclusão digital em escolas públicas, com o objetivo de conscientização e conseqüentemente contribuir para a amenização das exclusões dentro e fora do ambiente escolar especialmente no que se refere as novas TIC^s. Para isso se propõe refletir sobre os seguintes aspectos primordiais: como se deu a evolução tecnológica? Quais são as políticas públicas propostas pelo governo para a Inclusão Digital? O que é inclusão escolar ou educação inclusiva? O que se entende por inclusão digital? E como ela pode contribuir para amenizar a exclusão escolar? Por que não começar a inclusão digital pelo professor nas formações continuadas? Acredita-se que o educador consciente de tais processos assuma seu real papel colaborando assim para que cada indivíduo possa não ter só acesso a equipamentos tecnológicos, como o computador por exemplo, que é um dos mais importantes por ser o mais completo, mas que saiba de fato como utilizar esse (s) equipamento (s) para a melhoria de seu bem estar e, que cada um se sinta útil em seu próprio processo de ensino aprendizagem como na sua preparação para o mundo de trabalho e conseqüentemente para a vida.

Palavras chaves: Inclusão, Digital, TIC^s, ensino, aprendizagem.

Introdução:

Mediante esta era contemporânea em que o advento das novas TICs (Tecnologia da Informação e da Comunicação) se espalha de forma esmagadora sobre todo o planeta, sem dar alternativas ao ser humano, torna-se impossível ficar indiferente a tais acontecimentos. Por isso que a comunidade escolar deve, por sua vez, correr atrás de se adequar as mais variadas e modernas ferramentas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pedagógicas no intuito de contribuir tanto para os avanços das ciências como para o progresso na formação de cidadãos críticos, conscientes e protagonistas de sucesso no seu processo de transformação da realidade em que vive do contrário, a instituição só estará fortalecendo seu rótulo de “excluída” ou ainda atestando como seu papel a função de “excludora”, percebe-se que frente ao novo modelo proposto pela globalização, escolas que não estiverem abertas a tais mudanças correm sérios riscos de fechar suas portas, por falta de público alvo, uma vez que ninguém quer ficar de fora desse processo esmagador que é o da alfabetização digital.

Nesse contexto se faz necessário refletir sobre os seguintes aspectos: como se deu a evolução tecnológica? Quais são as políticas públicas propostas pelo governo para a Inclusão Digital? O que é inclusão escolar ou educação inclusiva? O que se entende por inclusão digital? E como ela pode contribuir para amenizar a exclusão escolar? Por que não começar a inclusão digital pelo professor nas formações continuadas? Com posse dessas reflexões espera-se que o objetivo desse artigo seja alcançado, que é de contribuir para a amenização das exclusões dentro e fora do ambiente escolar especialmente no que se diz respeito às novas TICs, de modo que cada indivíduo possa não só ter acesso a equipamentos tecnológicos, como o computador por exemplo, que é um dos mais importantes por ser o mais completo, mas que saiba de fato como utilizar esse(s) equipamento(s) para a melhoria de seu bem estar e, que cada um se sinta útil em seu próprio processo de ensino aprendizagem como na sua preparação para o mundo de trabalho e conseqüentemente para a vida. Pois só assim a escola estará cumprindo o seu verdadeiro papel para com a sociedade que nada mais é que contribuir para que o aluno se desenvolva como ser humano, aprendendo a traduzir seus potenciais que lhe permitam definir seu projeto de vida e transformá-lo em realidade. Enfim, na escola o principal afazer do aluno é aprender o que é necessário para que ele “dê certo na vida”, isto é, seja capaz de viver a vida que escolher para si mesmo.

Metodologia

Este estudo consiste em analisar materiais publicados em: livros, revistas, artigos, dissertações ou teses, de modo a fornecer subsídios para professores alunos ou demais interessados na questão da inclusão digital nas escolas públicas em nosso país. Uma vez que se acredita que incluir digitalmente vai além de se manusear um aparelho digital, pois essa inclusão deve proporcionar ao



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

indivíduo novas oportunidades de ver e de se conectar com o mundo. Com isso podemos caracterizá-la como pesquisa bibliográfica, segundo descreve Fonseca

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Nessa perspectiva que se desenvolve este trabalho, buscando organizar e fundamentar informações sobre o problema da inclusão, a fim de contribuir ainda que em pequena escala para esclarecer aos possíveis interessados em questões como: como se deu a evolução tecnológica? Quais são as políticas públicas propostas pelo governo para a Inclusão Digital? O que é inclusão escolar ou educação inclusiva? O que se entende por inclusão digital? E como ela pode contribuir para amenizar a exclusão escolar? Por que não começar a inclusão digital pelo professor nas formações continuadas?. Uma vez que se acredita que de posse de tais discussões todo e qualquer indivíduo seja capaz de contribuir para a amenização de tais processos de exclusão.

Resultados e discussão

Breve Histórico da evolução das TICs

Constata-se que desde a pré-história o ser humano tem procurado entender o universo e modificá-lo de forma a atender suas necessidades, seu bem estar e lazer. Surgiram assim aparelhos e equipamentos que chamamos hoje, de tecnologia. Os adventos tecnológicos tiveram sua evolução a priori de forma muito lenta de acordo com as necessidades do homem, na matemática, por exemplo, um dos primeiros instrumentos utilizados para calcular foi o ábaco¹, acredita-se que o mesmo foi criado a cerca de 2500 anos a.C. no Mediterrâneo e que foi a partir do seu aperfeiçoamento que o homem já na era pós-Cristo, chega ao primeiro computador, o gigantesco ENIAC² que pesava 30 toneladas e ocupava três salas, criado para calcular tiros de artilharia durante a segunda guerra mundial cuja linguagem de programação era a de máquina, a única memória existente era a dos

¹ O **ábaco** é um antigo instrumento de [cálculo](#), formado por uma moldura com bastões ou arames [paralelos](#), dispostos no sentido vertical, correspondentes cada um a uma posição digital (unidades, dezenas,...) e nos quais estão os elementos de contagem (fichas, bolas, contas,...) que podem fazer-se deslizar livremente.

¹ **Electronic Numerical Integrator and Computer** (ENIAC - em português: computador integrador numérico eletrônico) foi o primeiro [computadordigital eletrônico](#) de grande escala.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cartões perfurados. O ENIAC ficou conhecido como a **primeira geração** de computadores e durando doze anos (1940 a 1952).

A revolução na indústria dos computadores marcou o que chamamos de **segunda geração** (1952-1964) que surgiu com a mudança dos transistores que antes eram feitos de germânio e nessa geração, foram substituídos pelos de silícios tornando os computadores mais rápidos, menores e de baixo custo.

Já a **terceira geração** (1964-1971) foi consagrada com o surgimento dos microcomputadores conseguido graças à invenção dos circuitos integrados o que deu origem as memórias de semicondutores e os discos magnéticos, dando início à utilização de avançados sistemas operacionais.

Com tais avanços, a **quarta geração** (1971-1993) vem repleta de inovações como o microcomputador comercial, o primeiro computador pessoal, o lançamento do Apple II, do microprocessador 8088/80860 seguidos dos PC-XT, PC-AT 286 e dos PC 386. E ainda lançou-se o Windows um verdadeiro marco na era da informação.

Como se pode perceber, a **quinta geração** que se inicia a partir de 1993 vem se revelando como a era das descobertas e do aperfeiçoamento das novas TIC^s que se consagram em todas as áreas do conhecimento e da vida do homem, nos torna cada vez mais convictos de que não podemos mais ficar indiferentes a tais acontecimentos.

Neste contexto fica clara a necessidade de haver uma relação homem x máquina. Uma vez que as máquinas já fazem parte da vida do ser humano há muito tempo desde que o homem das cavernas passou a caminhar e sobreviver pela terra deixando um legado cada vez mais proveitoso neste cenário, evoluindo cada vez mais até chegar à tão falada hoje em dia “realidade virtual” o que só tem contribuído para tornar as relações do homem com os computadores mais fáceis, para que ocorra de forma mais agradável, divertida, funcional e/ ou eficiente. O que é essencial a qualquer relação de sucesso.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os avanços da tecnologia da informação têm contribuído para projetar a civilização em direção a uma sociedade do conhecimento. A análise da evolução da tecnologia da informação, de acordo com Silva (2003), é da seguinte maneira:

“por cinquenta anos, a TIC tem se concentrado em dados – coleta, armazenamento, transmissão, apresentação – e focalizado apenas o T da TI. As novas revoluções da informação focalizam o I, ao questionar o significado e a finalidade da informação. Isso está conduzindo rapidamente á redefinição das tarefas a serem executadas com o auxílio da informação, e com ela á redefinição das instituições que as executam.” (Silva, 2003, p. 83)

Como se pode perceber o foco da tecnologia da informação mudou, tanto que o termo TI sofreu alteração para TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação. Compreendendo um universo mais amplo em que o homem e as máquinas precisam conviver simultaneamente um em prol do benefício do outro.

Políticas públicas educacionais voltadas para a Inclusão Digital?

Uma política pública pode ser definida como um conjunto de ações de governo que produzem efeitos específicos e influenciam a vida das pessoas. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que pretendem produzir resultados ou mudanças no mundo real. Ou seja, políticas públicas depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos (Souza, 2006)

No âmbito educacional até o momento, o principal programa que oportuniza o acesso das escolas à tecnologia digital é o Proinfo - Programa Nacional de Informática na Educação, criado em abril de 1997, com o objetivo de melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem, possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares, propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico e educar para uma cidadania global (MORAES, 1997).As estratégias para alcançar esses objetivos foram implantar laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica e capacitar os professores, gestores e outros agentes educacionais para a utilização pedagógica das tecnologias.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Outro programa, também criado pelo MEC (2008), que vem complementar o Proinfo é o Banda Larga nas Escolas que tem o intuito da informatização das instituições de ensino e prevê a instalação de computadores nas escolas, além da capacitação de professores e da oferta de conteúdos educacionais, através do Portal do Professor e do Banco Internacional de Objetos Educacionais, “destinados a auxiliar os professores na oferta de conteúdos curriculares com recursos de multimídia” (MEC,2008). Vale ressaltar que esse programa visa atender apenas as escolas urbanas. Logo o governo passa a se preocupar com as escolas rurais e através da Portaria 431, de 23 de julho de 2009, do Ministério das Comunicações, foi instituído o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, com a finalidade de permitir à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços, de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga (internet), sendo que a oferta desses serviços deverá ser simultânea, privilegiando o uso de frequências do espectro radioelétrico na faixa de 450-470 Mhz (BRASIL, 2009a), o que visava atender cerca de 80.000 escolas rurais até o final de 2014. Porém ainda não é o suficiente uma vez que, segundo o senso 2005, as escolas rurais naquela época já eram cerca de 96.557 estabelecimentos.

Além desses, há o projeto do governo, “Computador Portátil para Professores”, criado em julho de 2008, mas sua implementação foi iniciada apenas em agosto de 2009, abrangendo inicialmente 64 municípios, numa fase de testes. A segunda fase iniciou em meados de outubro de 2009, atendendo todos os municípios brasileiros.

Há ainda vinculado ao MEC, o projeto UCA (Um Computador por Aluno) que vem sendo desenvolvido desde 2007 e “visa criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação” (UCA,2009, p. 1).

Com tantos projetos com objetivos tão definidos pode-se pensar que não há mais excluídos digitais no Brasil. Porém se sabe que infelizmente tais políticas públicas não andam de ‘*vento em popa*’ como aparenta. O programa UCA, por exemplo, atingiu apenas trezentas (300) escolas pré-selecionadas e o projeto foi substituído por outro que visava laboratórios de informática nas escolas, o governo na época alegou não dispor de recursos para atender a toda a demanda, ou seja,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mais um projeto com implementação lenta, cheio de limitações e de retrocessos. E esse cenário se repete em todos os programas do governo, escolas que chegaram a receber o laboratório de informática mas, a internet nunca chegou. Nota-se que não há falta de políticas públicas, porém elas precisam estar integradas (políticas para conexão, infra-estruturar, equipamentos, formação dos professores), para que efetivamente possamos falar em inclusão digital nas escolas, especialmente nas escolas rurais, considerando as carências enfrentadas por elas no Brasil. Dispomos de um conjunto de programas e projetos, iniciativas válidas, mas que no processo de implementação não conseguem fortalecer-se mutuamente e atender a todas as demandas das escolas.

O que se entende por inclusão digital?

Segundo a enciclopédia digital Wikipédia:

Inclusão digital é o nome dado ao processo de democratização do acesso às [tecnologias da Informação](#), de forma a permitir a inserção de todos na [sociedade da informação](#). Inclusão digital é também simplificar a sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar [e-mails](#), mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida a fim de buscar novas oportunidades de emprego, meios de comunicação, formas de obter aprendizado entre outras. Assim, trazer mais benefícios para a vida pessoal e profissional do cidadão.

Nessas condições um indivíduo para ser considerado incluído digitalmente precisa de no mínimo três instrumentos que podemos considerar básicos, tais como: o dispositivo para conexão, acesso à rede e o domínio dessas ferramentas, pois como se pode perceber inclusão digital vai além de ter acesso a um PC (computador) ligado a uma rede (internet) precisa-se saber usar tais ferramentas em prol do seu bem estar, ou seja, da melhoria da sua vida e conseqüentemente do seu quadro social.

Entre as estratégias inclusivas estão projetos que facilitam o acesso de pessoas de [baixa renda](#) às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A inclusão digital volta-se também para o desenvolvimento de tecnologias que ampliem a [acessibilidade](#) para usuários com deficiência. Dessa forma, toda a [sociedade](#) pode ter acesso a informações disponíveis na [Internet](#), e assim produzir e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

disseminar [conhecimento](#). A inclusão digital insere-se no movimento maior de [inclusão social](#), um dos grandes objetivos compartilhados por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas.

Diante disso, vale fazer a seguinte reflexão: se o País está hoje nessa incessante luta de inclusão, diante de uma era marcada pelos avanços esmagadores das TICs, é porque durante todo esse tempo a sociedade fechou os olhos para a camada menos favorecida, excluindo-a desse processo de informatização e, contribuindo para torná-los no que chamamos de analfabetos digitais.

Escolas, lugar de Inclusão Digital

Uma vez que se entende que as escolas públicas já se encontram equipadas com computadores e que os professores já estão ou se encontram em formação para manejá-los, além dos 95% da população em idade escolar estar, hoje, pelo que consta na escola, espera-se que a inclusão digital se faça predominante dentro da escola e conseqüentemente através dela.

Pelo menos essa é a ideia que se tem ao ver o cenário das políticas públicas do governo nessa área. Porém não se deve esquecer que a maioria delas estacionaram no tempo e que as que ainda se sustentam como já mencionado, é de forma lenta e insuficiente para atender a toda a demanda. A potencialidade de máquinas (computadores) deste nível nas escolas é uma poderosa arma que pode favorecer o trabalho dos professores e prover o sucesso da comunidade como um todo, por isso a câmara dos deputados reconhece a relevância dos projetos que inserem o computador nas escolas públicas do nosso país, quando diz:

A imersão tecnológica da escola propicia o desenvolvimento de uma “cultura digital”, na qual os alunos têm suas possibilidades de aprendizagem ampliadas pela interação com uma multiplicidade de linguagens ao mesmo tempo em que se potencializa a inclusão digital de toda a comunidade escolar. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008, p. 16)

Tem-se a percepção que promover a inclusão digital é oportunizar que cada sujeito social possa, efetivamente, participar desse movimento, não se sujeitando às práticas que o condicionam a mero



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

consumidor, seja de informações, seja de bens, seja de cultura. O papel da educação é favorecer a “luta pela prevalência da colaboração e do compartilhamento sobre a competição e o aprisionamento do conhecimento” (BRANT, 2008, p. 73).

As novas TICs e a formação continuada dos professores

Diante do que foi visto, percebe-se a real relevância da inserção das novas TICs no ambiente escolar, e para tanto nada mais justo de que esse processo se inicie pelo professor que é quem de fato dissemina o conhecimento nas escolas.

Daí surgem várias barreiras como, por exemplo, o comodismo do professor, o medo de adentrar em um novo universo que possa lhe expor ao erro, a desafios, a muito estudo, e a sair da zona de conforto a qual já está acostumado. Quem descreve com veemência a atitude dos educadores em relação às tecnologias de informação e comunicação é Ponte:

Alguns olham-nas com desconfiança, procurando adiar o máximo possível o momento do encontro indesejado. Outros usam-nas na sua vida diária, mas não sabem muito bem como as integrar na sua prática profissional. Outros, ainda, procuram usá-las nas suas aulas sem, contudo, alterar as suas práticas. Uma minoria entusiasta desbrava caminho, explorando incessantemente novos produtos e ideias, porém defronta-se com muitas dificuldades como também perplexidades. Ponte (2000, p. 2)

Por isso se faz necessário se pensar em formas atrativas de inserir os profissionais da educação no mundo contemporânea, fazendo-o perceber que ele não pode ficar indiferente a tais evoluções, com isso as aulas de AC (aulas complementares) e as formações continuadas se tornam o cenário perfeito para o processo de inclusão digital dos educadores, a alfabetização digital do professor.

Uma das soluções para esse impasse está na possibilidade de educadores também participarem das equipes produtoras dessas novas tecnologias educativas. Para isso é preciso que os cursos de formação de professores se preocupem em lhes garantir essas novas competências. Que ao lado do saber científico e do saber pedagógico, oferecidas ao professor as condições para ser agente, produtor, operador e crítico dessas novas educações mediadas pelas tecnologias eletrônicas de comunicação e informação (KENSKI, 2003, p. 49-50).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Logo, percebe-se que esse problema deve ser tratado a partir da base da formação do professor, porém aos educadores que já estão inseridos no meio profissional, resta a formação continuada como alternativa para suprir tais necessidades.

Todos os dias novas mídias são lançadas. Diante do rápido desenvolvimento tecnológico, o professor tem a difícil empreitada de se manter atualizado e acompanhar não só as plataformas mais recentes, mas também o modo pelo qual seus alunos se apropriam delas, só assim, vai continuar despertando neles o desejo de continuar aprendendo junto com esse profissional tão indispensável que é a figura do professor.

Conclusão

Entretanto, fica claro que as TICs estão se renovando a cada momento, e em uma velocidade assustadora. Com isso, as pessoas que ficam de fora dessa evolução, são hoje, chamadas de analfabetos digitais e forma a camada da sociedade conhecida como os excluídos digitais, sobre o qual esse trabalho dispensa um olhar todo especial, voltado acima de tudo para as escolas por onde passa ou pelo menos deveria passar todas as crianças e adolescentes do nosso país. Vimos também que existem políticas públicas voltadas para a inclusão digital nas escolas e programas até de boa qualidade, porém alguns perderam sua essência no decorrer de sua execução, enquanto outros ainda precisam ser repensados, vale ressaltar que as escolas não podem ficar indiferentes a esse processo tão importante para a humanidade que é a globalização digital, por isso que, mesmo as políticas públicas não tendo chegado, é essencial que todo educador procure se atualizar para não ser passado para trás pelos seus próprios alunos, o que acarretaria no desinteresse total do estudante pela escola, uma vez que não se sinta mais desafiado pela mesma. Acredita-se que as TICs podem ser sem dúvida, uma ferramenta pedagógica poderosíssima nas mãos do educador, que será bem utilizada quando ele dominá-las e usá-las para alcançar o objetivo primordial da educação que é contribuir para a formação plena do cidadão, possibilitando que o mesmo seja capaz de compreender e intervir na melhoria do meio no qual está inserido.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Referências

BRANT, João. O lugar da educação no confronto entre colaboração e competição. In.: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sergio Amadeu (Orgs). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade culturale tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 69-74.

B R A S I L . M i n i s t é r i o d a s C o m u n i c a ç õ e s . Portaria nº431, de 23 de julho de 2009. Institui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Ano CXLVI - nº 140, Brasília- DF, sexta-feira, 24 de julho de 2009a, p. 58.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. **Um Computador por aluno: a experiência brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Série Avaliação de Políticas Públicas, Brasília/DF, n.1, 2008.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_digital acesso em 06/09/14

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003. Acesso em 10/10/2014

MEC. **Mais escolas terão internet banda larga**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11712&catid=210>. Acesso em: 12 de abril de 2009.

MORAES, Maria Cândida. **Subsídios para fundamentação do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)**. Brasília, S E E D / M E C , j a n / 1 9 9 7 .Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2150>. Acesso em: 14 de abril de 2009.

PONTE, João Pedro da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: **Que desafios?** Revista Ibero-Americana de Educación. OEI. N. 24, septiembre/diciembre, 2000. Disponível em <http://www.oei.es/revista.htm>. Acesso em 23/11/06. Acesso em 10/10/2014

SOUZA, C. Políticas Públicas: **uma revisão da literatura**. Sociologias. 2006, n.16, p. 20-45.

SILVA, C. S. B. Curso de Pedagogia no Brasil: **história e identidade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

UCA. Um computador por aluno. **Formação Brasil: projeto, planejamento das ações/cursos.**
Brasília: SEEC/MEC, 2009